

ESTADO DE SÃO PAULO

Desafios econômicos

MÁRIO AMATO

O Brasil enfrenta uma situação extremamente complexa, e não é sem razão que se fazem tantos prognósticos



pessimistas sobre o futuro imediato. A administração da economia se torna cada vez mais difícil, não só pelas dificuldades de convivência política num ambiente recessivo, mas também pela ação de fatores externos, como a crise no Golfo Pérsico, que influenciam pesadamente o comportamento do País.

Um dos pontos críticos é a política monetária. A manutenção do aperto nos níveis atuais põe as autoridades diante do dilema de ter de cobrar da sociedade um preço demasiado alto pelo controle da inflação. As consequências dessa orientação poderão ser a criação de um ambiente insustentável politicamente, levando a um afrouxamento que comprometeria os resultados pretendidos.

O déficit público continua sendo determinante da orientação econômica. O governo terá de ajustar suas contas de forma a obter economia equivalente a 1,5% do PIB, o que constitui um desafio enorme. Os desequilíbrios financeiros, provocados pela incontinência nos gastos dos Estados e municípios, em nada ajudam na obtenção de resultados. As autoridades começam a falar num entendimento global para corrigir esses desequilíbrios, mas é difícil imaginar que os governadores recém-eleitos aceitem limitações de gastos logo no início de seus mandatos. Se o governo não for capaz de gerenciar um acordo desse tipo, todo o esforço feito no nível federal poderá ser frustrado.

A questão salarial e a renegociação da dívida externa entram nesse cardápio como complicadores poderosos. No primeiro caso, a contenção dos níveis reais de remuneração do funcionalismo e a prevalência da livre negociação no setor privado funcionaram como amortecedores das pressões inflacionárias. A questão agora é saber se isso poderá ser mantido, e até quando.

Em relação à dívida externa, é óbvio que um acordo com os credores abriria espaço para a entrada de dinheiro novo, mais do que nunca bem-vindo.

O problema é que o gerenciamento de quase todos esses fatores depende do Congresso, com o qual o governo não tem mantido relações tranquilas. A eleição de um Congresso renovado torna ainda mais imprevisível o comportamento de deputados e senadores. Nesse caso, como no dos novos governadores, o governo terá de mostrar enorme habilidade para não impossibilitar, no plano político, um projeto por si mesmo tecnicamente complicado.

Mesmo que se consigam manter esses fatores críticos sob controle, há dois outros dados que tornam ingrata a missão das autoridades econômicas. Um deles é a expectativa de uma safra agrícola ruim. O IBGE estima uma redução da ordem de 5% na área plantada. O outro é a limitação das possibilidades de exportação, tendo em vista as dificuldades de financiamento, a defasagem cambial e a recessão norte-americana, que compromete o crescimento da economia mundial.

A expectativa é a de que, mantido o equilíbrio entre essas variáveis, o governo conseguirá derrubar a inflação, embora lentamente. A permanência de altos índices de inflação, com maior recessão, tiraria do governo as condições políticas para negociar com o novo Congresso e os governadores recém-eleitos uma solução de largo alcance. E tudo fica muito mais difícil com a crise do Golfo Pérsico resultando em conflito armado. Nesse caso, espera-se um aumento das restrições externas e dramáticas repercussões nos preços dos derivados de petróleo.

Diante de tantas dificuldades, a solução continua sendo, ainda e sempre, a adoção de medidas de consenso no âmbito do chamado entendimento nacional, que propiciem o perfeito engajamento da sociedade num projeto de recuperação econômica.

□ Mário Amato é presidente da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp)